Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

MULHERES ESPETACULARES:
Gênero, cor e classe nas revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* (1950-1959)

SPECTACULAR WOMEN:
Gender, Color and Class in the Magazines *O Cruzeiro* and *Manchete* (1950-1959)

CRISTINA FERREIRA [1]

JÚLIA CAMPOS [2]

RESUMO

O artigo analisa as representações e discursos sobre as artistas negras e brancas nas revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* (1950-1959), por meio do conceito de Interseccionalidade, imbricado às categorias de cor, classe e gênero na análise histórica. As narrativas sobre as mulheres artistas nessas revistas apresentavam temas envolvendo a discriminação e as relações raciais e de gênero, evidenciadas em suas páginas a partir da construção de discursos de caráter ambíguo sobre as mulheres negras artistas, apresentadas sob princípios de hiperssexualização e/ou sob a manifestação pura do racismo estrutural e cultural, a partir da estereotipagem dos corpos negros femininos. As mulheres brancas artistas foram representadas de acordo com os padrões usualmente impostos às mulheres, como a vocação ao matrimônio e à maternidade, corroborando para consolidar o estereótipo de esposa/mulher ideal.
Palavras-chave: Mulheres; Interseccionalidade; *Manchete*; *O Cruzeiro*; Gênero.

ABSTRACT

The article analyzes the representations and discourses about black and white women artists in the magazines *O Cruzeiro* and *Manchete* (1950-1959), through the concept of intersectionality, imbricated with the categories of color, class and gender in historical analysis. The narratives about women artists in these magazines presented themes involving discrimination and race and gender relations, evidenced in their pages from the construction of discourses of ambiguous character about black women artists, presented under principles of hypersexualization and/or under the pure manifestation of structural and cultural

[1] Doutora em História pela Universidade Federal de Campinas (UNICAMP). Professora do Departamento de História e Geografia Fundaçao Universidade Regional de Blumenau (FURB) e Coordenadora do Centro de Memória Oral e Pesquisa - CEMOPE. *E-mail:* cliocris@gmail.com.

[2] Graduada em História pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). Membra do Centro de Memória e Pesquisa, laboratório vinculado ao curso de História da FURB. Professora na Rede Estadual de Ensino no Estado de Santa Catarina. *E-mail*: juliacampos.jc97@gmail.com.

racism, from the stereotyping of black female bodies. The white women artists were represented according to the standards usually imposed on women, such as the vocation to marriage and motherhood, corroborating to consolidate the stereotype of the ideal wife/woman.
Keywords: Women; Intersectionality; *Manchete*; *O Cruzeiro*; Gender.

INTRODUÇÃO

O crescente espaço ocupado pelas mulheres nas discussões que demarcam a historicidade de suas ações e experiências, somado ao complexo debate sobre as relações estabelecidas entre homens e mulheres no processo histórico, têm despertado o interesse pelo aprofundamento e expansão dos domínios referentes aos estudos de gênero pela historiografia. Esse contexto contribuiu para o aprimoramento das análises a partir da pluralidade de olhares sobre o passado, diante de suas múltiplas questões que proporcionam romper com uma visão única e dicotômica sobre a História, ampliando as temáticas e sujeitos abordados pela historiografia.

O estudo das relações estabelecidas entre homens e mulheres no processo histórico permite compreender diversos dilemas, discursos e "verdades" convencionadas e sedimentadas acerca do "universo feminino" e do lugar social destinado a ambos os gêneros. A categoria gênero, entendida sob uma perspectiva relacional, discute não apenas os questionamentos no que se refere às distinções entre homem e mulher, mas também as "múltiplas diferenças dentro da diferença" (PEDRO; SOIHET, 2007, p. 287), de forma a compreender as especificidades de cada grupo de homens e mulheres em sua heterogeneidade, a partir de suas diversas origens e contextos de atuação no cotidiano social. Essa abordagem permite acentuar as particularidades advindas dos próprios indivíduos em suas trajetórias, conferindo-lhes a "possibilidade de se recobrar a experiência coletiva [...] em toda a sua complexidade" (MATOS, 1997, p. 79). Nesse sentido, a análise de gênero inscreve-se em diferentes universos temáticos, com ênfase na dimensão do universo doméstico, profundamente imbricado às questões sociais e políticas da esfera pública. No âmbito da História das Mulheres, as discussões de gênero propõem-se a analisar historicamente "os mundos femininos" das práticas das mulheres no

passado e no presente para propor novas possíveis interpretações. Analisado por esse viés, o gênero torna-se um importante meio de decodificação de sentidos e ciência das complexas relações entre as diversas redes de interação humana, particularmente entre homens e mulheres em circunstâncias histórico-sociais específicas (SCOTT, 1990).

Como método para compreensão das narrativas heterogêneas na análise da História das mulheres, as abordagens historiográficas apontam para a aplicação do conceito de Interseccionalidade, visando a ampliação das possibilidades de estudos sobre a categoria gênero. Cunhado pelas teóricas do feminismo negro, a Interseccionalidade investe no questionamento das diversas forças de opressão enfrentadas pelas mulheres negras, como um projeto que visa incluir questões raciais nos debates sobre gênero. O conceito abarca a ideia de articulação das categorias de gênero, cor e classe, com o propósito de "apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrador" (HIRATA, 2014, p. 62-63). Também se dedica à problematização das singularidades que envolvem os agentes, grupos femininos e as forças sociais para discussão das "diferentes formas de racismo e machismo e seu impacto na vida e na luta das mulheres" (RIBEIRO, 1995, p. 455).

Partindo desses princípios teóricos, esse artigo tem como objetivo analisar as representações e discursos sobre as mulheres artistas negras e brancas nas revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* (1950-1959), por meio do conceito de Interseccionalidade, imbricado às categorias de cor, classe e gênero na análise histórica. Quanto às fontes históricas analisadas, convém mencionar que a revista *O Cruzeiro*, fundada em 1928, ocupava um lugar hegemônico no filão editorial voltado à fotorreportagem. Todavia, a partir de 1952, passou a dividir seus leitores com a *Manchete* que, em poucas semanas, tornou-se a segunda revista semanal de maior circulação nacional (FERREIRA; SILVA, 2014). Ambas eram meios de comunicação de grande representatividade durante o período, reportando-se a significativos setores da classe média e alta brasileira. Consideradas revistas de "variedades", dentre seus propósitos editoriais constava o estímulo à imaginação dos leitores, a partir da utilização de diversas imagens, fotos e ilustrações, em suas mais variadas formas gráficas, para a

composição das manchetes e colunas, constituindo o campo jornalístico da fotorreportagem (MEYRER, 2010; MONTEIRO, 2016). Nesse contexto editorial, a temática das mulheres aparecia frequentemente em suas publicações e, desde suas primeiras edições, as capas contavam com imagens femininas. Considerando que grande parte de seu público leitor era composto por mulheres de diferentes faixas etárias, essas revistas traziam diversas reportagens e colunas que se referiam ao que era considerado o "universo feminino": eventos de moda & beleza; novidades sobre o cinema americano; discussão de aspectos íntimos e familiares em relação às mulheres; abordagem de temas como sociabilidade, lazer e cotidiano.

Ao analisar as imagens e textos em conexão, mobilizamos o debate conceitual acerca das representações, dada sua proposição teórica que relaciona uma imagem presente e um objeto ausente, e "faz com que se tome o engodo pela verdade, que considera os signos visíveis como índices seguros de uma realidade que não o é" (CHARTIER, 1990, p. 20). Visivelmente o termo "representações" não comporta em sua aplicação a ideia equivocada de tomá-lo como uma espécie de bloco unívoco, até porque se encontra no plural. Portanto, convém frisar que o conceito requer atenção à multiplicidade de sentidos vinculados às classificações, divisões e delimitações que organizam o mundo social e os esquemas intelectuais, por meio dos quais o presente adquire sentido e o espaço é decifrado. Sua aplicação como recurso teórico ocorre, neste caso, em observância ao fato de que tais disputas de representações se estabelecem em função de um "paradoxal entrecruzamento de restrições transgredidas e de liberdades restringidas" (CHARTIER, 2001, p. XIII). Portanto, a análise específica das representações e discursos acerca das mulheres artistas negras e brancas contribui para o aprofundamento dos conhecimentos acerca das formas como esses grupos eram retratados pelos meios de comunicação e concebidos pela sociedade, questionando "práticas discursivas que privilegiam a afirmação das assimetrias de gênero" (PEDRO; SANTOS, 2011, p. 140) e reforçam parâmetros socialmente estabelecidos.

Ao estudar as mulheres artistas negras e brancas, procuramos evitar uma análise excludente, baseada em apenas um discurso que nos leve a "crer que ele se basta a si mesmo" (FARGE, 2009, p. 73). Essa perspectiva contribuiu para

o aprofundamento dos debates sobre gênero por meio de novas categorias relacionais, solidificando ainda as bases do discurso que apresenta as mulheres como um grupo heterogêneo, que busca "reconhecer a diferença dentro da diferença, apontando que mulheres não constituem simples aglomerados" (MATOS, 2013, p. 07). Muito pelo contrário, elas interagem através de contextos e trajetórias diferenciadas, aspectos que precisam ser considerados nas análises sobre a atuação das mulheres no processo histórico.

Tais questões articulam-se à problemática dessa pesquisa histórica, voltada à discussão dos fatores que remetem às hierarquias de gênero nos diversos espaços, diante da importância de evidenciar os desafios cotidianos da vida das mulheres na década de 1950. Devemos levar em consideração as questões de raça e racismo como elementos arraigados à sociedade de modo a naturalizar e institucionalizar tais discursos, voltados à normalização equivocada das desigualdades e impondo segregações às mulheres, perspectiva que intenciona corroborar a manutenção de uma prática voltada ao exercício de funções de subalternidade e não de igualdade de gênero.

Para contrapor essa naturalização da discriminação, a análise histórica que realizamos está imbuída da discussão em torno da composição dos sistemas discriminatórios, que criam "desigualdades básicas e estruturam as posições relativas de mulheres" (CRENSHAW, 2002, p. 177). A análise das mulheres artistas negras e brancas nas revistas *O Cruzeiro* e *Manchete***,** entre os anos de 1950 e 1959, contribui para a expansão do campo historiográfico dos estudos de gênero, no intuito de ressaltar o protagonismo de suas trajetórias. Nessa perspectiva de abordagem, as mulheres deixam de ser colocadas em posições excludentes e são tratadas como agentes na construção de sua própria história no mundo. O artigo que apresentamos visa questionar os estereótipos e discursos já enraizados em relação às mulheres artistas negras e brancas, abordagem que possibilita sustentar uma visão mais pluralista da História, considerando que a diversidade se torna fundamental para ampliar as trocas de experiências entre grupos sociais, além de ampliar a representatividade e reforçar a identidade dos diversos grupos femininos da sociedade brasileira.

1. MULHERES ARTISTAS NEGRAS: FEMINILIDADE, BELEZA E ESTEREÓTIPO DE SENSUALIDADE

Ao longo dos anos 1950, a população brasileira vivenciou acontecimentos que engendraram amplas transformações nos setores econômico e cultural, atingindo também as relações de gênero, o comportamento e as práticas cotidianas. Os processos de industrialização e urbanização se intensificaram ganhando um ritmo acelerado, despertando novas oportunidades de acesso ao consumo, sociabilidade e informação. Esse período também foi caracterizado por uma melhora diante das desigualdades entre homens e mulheres, como a possibilidade de acesso à educação formal e profissionalizante das mulheres e as oportunidades de emprego remunerado. Esses fatores colaboraram para "modificar as imagens da mulher, de sua relação com os homens e os significados atribuídos ao feminino" (PINSKY, 2012, p. 501), gerando transformações essenciais para o processo de emancipação feminina, iniciado a partir de 1950 e vigente a passos lentos até à atualidade.

No entanto, mesmo em meio às mudanças nas diferentes áreas da realidade socioeconômica brasileira, os valores atribuídos às mulheres continuavam relacionados ao ideário social dos anos de 1950, com discursos estreitamente ligados à maternidade, ao casamento e à dedicação ao lar. O perfil de "mulher ideal" era definido a partir da dedicação às ocupações domésticas, do cuidado com o marido e os filhos e as características próprias à feminilidade estavam referenciadas pela grande maioria das publicações dos anos de 1950. De modo geral, o homem continuava ocupando o status de "chefe da casa" e o trabalho remunerado da esposa era visto apenas como subsidiário ao do marido.

Perspectiva diferente enfrentava a mulher negra que, devido a seu contexto marcado pelo desamparo histórico-social brasileiro perante a população negra, não podia dedicar-se totalmente ao lar, preocupando-se assim com os meios de obter uma fonte de renda para a auxiliar na sobrevivência familiar e para não depender economicamente do companheiro (NEPOMUCENO, 2012). Outra questão que interferia diretamente na atuação da mulher negra no mercado de trabalho era a discriminação. Esse aspecto, muitas vezes não recebeu a devida importância que representava, ficando os índices e

estatísticas sobre o trabalho feminino negro geralmente vinculados à baixa escolaridade ou ao despreparo profissional.[3] Entretanto, esses fatores não são exclusivamente responsáveis pela situação de desvantagem da mulher negra no mercado de trabalho, pois contrariando essa visão, a instrução também não eximia os negros e as negras de discriminações e desigualdades nas relações de trabalho, apenas corroborava com a reprodução das desigualdades, na medida em que evidenciava o entrecruzamento da individualidade com a estrutura social dominante (LIMA, 2012).

Quando nos referimos às representações sociais de corpos negros femininos convém destacar que a luta pelo reconhecimento tem sido batalha diária de milhares de mulheres negras no país, combatendo o racismo e o machismo estruturais na sociedade brasileira. Nos discursos costuma existir um reforço dos atributos e características vinculadas à feminilidade universal, tais como afabilidade, "discrição, doçura, passividade, submissão e pudor" (PERROT, 2003, p. 21). Essa perspectiva se consolidou em relação ao passado escravista, baseado na crença quanto às características de delicadeza das europeias, em contraposição à ausência de sensibilidade das africanas (MACHADO, 2018). Tais concepções estavam desprovidas de veracidade e remetem à problematização dos discursos elaborados sobre as mulheres negras na imprensa, normalmente vinculada a "ideias, crenças e valores que pretende difundir" (LUCA, 2010, p. 140). Nessa discussão, percebemos que a narrativa dos periódicos compõe uma espécie de arena conflituosa, portanto, não há como desassociá-la dos processos histórico-sociais. Logo, a análise dos jornais não pode se desvincular de suas condições de produção e circulação, também sujeita à incorporação de estereótipos em seus discursos sobre a mulher negra no período.

A associação entre mulheres negras e sensualidade se apresenta como uma das características pejorativas relacionadas, principalmente, à figura da "mulata"[4] e sua ancestralidade africana. Essa representação da mulher negra

[3] A respeito da desigualdade racial presente nas relações de trabalho e seu impacto econômico, consultar os artigos SILVA, 2013 e BENTO, 1995.

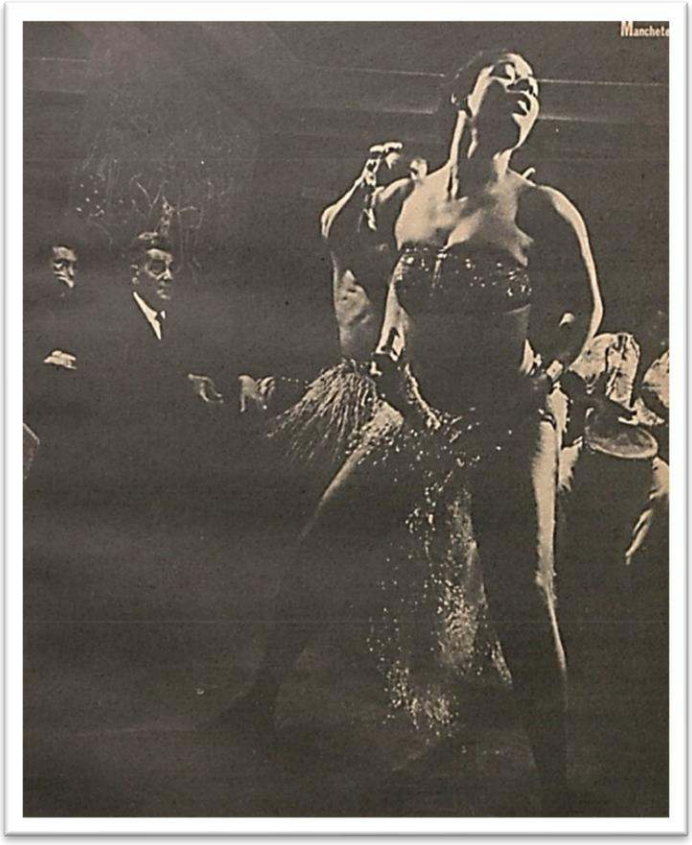
[4] O termo surgiu em conexão ao período de escravização e denominava os filhos e filhas de mulheres negras violentadas pelos senhores de escravos. No caso feminino, além do sentido exposto, as discussões raciais do século XIX vincularam semanticamente o termo à moralidade questionável e à crença na suposta

tem origem desde o período escravista do país, em que sua imagem sempre esteve preconcebida como uma mulher propensa à sexualidade e à lascívia (SCHWARCZ, 2019). A ideia de exotismo também se fez presente no retrato dessas mulheres e dos demais grupos negros escravizados no Brasil, visão que transita "entre um fascínio e um repúdio" (SANTOS, 2002, p. 281) à diferença, seja estética ou cultural, implicando na legitimação e reforço das estruturas hierárquicas advindas desde a sociedade escravista. Narrativas como essa, da exaltação do corpo negro feminino e sua articulação com a sensualidade, perpassaram as representações desse grupo nas revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* durante toda a década de 1950. As mulheres negras artistas eram retratadas nas páginas dos semanários por sua "autêntica beleza negra" e físico que é "realmente uma beleza" (PRETA, 1957, p. 56). No caso das cantoras, os adjetivos evocavam que suas vozes contêm "uma malícia impressionante" (PRETA, 1956, p. 62).

Na figura 1, tais perspectivas sobre a mulher negra ficam evidenciadas quando em primeiro plano aparece em destaque a dançarina trajada com roupas que expõem grande parte de seu corpo, representando a tradição africana juntamente com seu grupo de dança. A narrativa reforça que, cercada por homens brancos que dela não se desconcentram, a "bailarina negra requebra africanamente na presença de numerosos espectadores embasbacados" (E A ÁFRICA..., 1952, p. 24-27). A reação da plateia ao espetáculo revela a concepção sobre a mulher negra, representada por intermédio do estereótipo da mulata sensual ou exótica, diante dos olhares franceses. Da mesma forma, ficava evidente a combinação entre texto e as imagens que, assim "como qualquer produção humana, são suportes de relações sociais, envolvidas em jogos de poder, arenas discursivas e conflitos" (LOPES; MAUAD, 2014, p. 283), imbricando-se ao direcionamento dos sentidos do texto.

propensão à sexualidade exagerada das mulheres negras (CHALHOUB, 2018), adquirindo uma conotação pejorativa ao longo do século XX.

Figura 1 - Bailarina Africana



Fonte: Revista *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 24-27, 10 maio 1952.

As evidências dos discursos nas revistas ilustradas remetem à importância da análise pela via da interseccionalidade, conceito fundamental que estuda as mulheres negras a partir do entendimento do contexto de sua vida e das relações que estabelecem em sociedade, mediante a prerrogativa de que "raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas de forma isolada, mas sim de modo indissociável" (RIBEIRO, 2016, p. 101). Além disso, auxilia no processo de elucidação das particularidades que envolvem a "invisibilidade" das mulheres e as forças sociais que sobre ela incidem, proporcionando uma reflexão sobre os diferentes contornos de racismo e machismo e seu impacto na vida das mulheres negras (RIBEIRO, 1995).

Outra representação cultural exótica se apresenta no grupo de dança da ilha de Trindade e seus passos afro-americanos ao ritmo do calipso – gênero musical afro-caribenho. Na figura 2, temos a fotografia do casal dançando,

acompanhado dos seguintes dizeres: “Cria Vênus e Apolo em frenesi, ao som dos instrumentos de percussão. A África rebrota sob o céu da América, pondo o sangue a correr rápido pelo corpo” (PINHEIRO, 1958, p. 76-81). Nessa narrativa, o discurso da reportagem associava os dançarinos a deuses ocidentais, vinculados à juventude, vivacidade e desejo. A deusa Vênus representada como “deusa do amor” (SANFELICE, 2010, p. 177) e Apolo, “divindade solar” responsável pelo cuidado do “corpo e da alma de seus fiéis” (FEITOSA, 2013, p. 61). Ao vincular os dançarinos às divindades, o texto reforçava a imagem da mulher negra como alguém que possui somente atributos físicos e a chamada “cor do pecado”[5], contribuindo para a perpetuação de estereótipos ligados à mulher negra e às questões estéticas de seu corpo.

Figura 2 – Casal dançando ao ritmo Calipso



Fonte: Revista *Manchete*, Rio de Janeiro, ano 6, n. 319, p. 76-81, 31 maio. 1958.

[5] A expressão da “cor do pecado” reforça a vinculação da cor com a lascívia, atribuindo ao corpo das mulheres negras um estereótipo de sexualização.

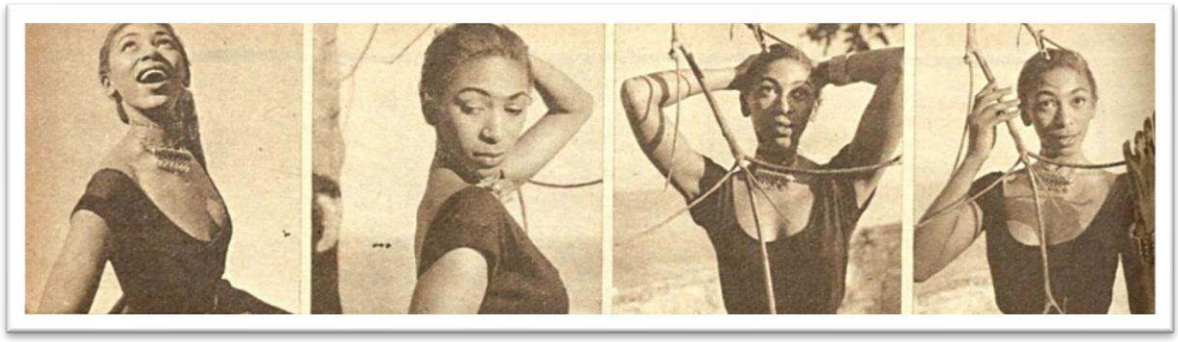
Diante de tais demonstrações, observamos o reforço da imprensa aos estereótipos negativos em relação à mulher negra, por meio da reprodução de representações que demarcam exacerbadamente sua sensualidade e uma suposta "exoticidade" desses corpos femininos, indicando uma insistência na fixação desses discursos na sociedade brasileira da década de 1950. Nesse sentido, atentamos para a compreensão de que a imprensa é uma "linguagem constitutiva do social, detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando as relações" (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 260) com o meio em que está inserido. Como resultado, os discursos nas revistas acabam por encobrir a violência sofrida pelas mulheres como fruto da hiperssexualização dos seus corpos, reafirmando estereótipos negativos relativos à cor de sua pele e tornando-as duplamente discriminadas: tanto por serem mulheres quanto por serem negras, forjando narrativas pejorativas sobre o feminino negro ligado à submissão, à sensualidade, ao perigo e ao prazer.

Essa narrativa estava combinada com a fotografia e revelava o quão "problemáticas se tornam as imagens de mulheres", sobretudo, quando essas são "representadas por homens" (HIGONNET, 1994, p. 403). A representação das mulheres negras enquanto "mulatas", detentoras do estereótipo de símbolo sexual estava pautada em uma concepção de nação brasileira miscigenada. Logo, as narrativas se reportavam a "mulatas de olhos oleosos de dendê, de onde uma doçura humana escorre sem fim como um milagroso fio de melado", destacando que, para além de seus atributos físicos, a "mulata" era representativa de uma das particularidades do Brasil e deveria ser considerada como uma "flor do folclore nacional" (FLÔRES, 1959, p. 92). Nessa chave interpretativa, os estigmas raciais serviam não apenas para "significar os corpos negros" e mulatos na condição de "marcas" distintivas da miscigenação nacional, mas também para conduzi-los aos "lugares sociais pré-determinados" (ASSIS, 2017, p. 125) pelo racismo e pelo machismo estrutural.

Quando as reportagens retratavam mulheres negras com maior poder aquisitivo ou prestígio social, seus enfoques se modificavam em relação ao que era abordado nas reportagens de mulheres com condições sociais menos abastadas. Na figura 3 observamos a cantora haitiana Josephine Premisse com

um vestido preto, em destaque, que acentuava sua silhueta e as várias poses.

Figura 3 - Cantora haitiana Josephine Premisse



Fonte: Revista *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, ano XXIV, n. 41, p.103-105, 26 jul.1952.

As fotografias buscavam direcionar o enfoque para sua performance artística, com ênfase em sua aparência e voz, descritas como dotadas de "poesia" e do "misticismo da raça negra" (BARRETO, 1952, p. 103-105). Essa narrativa não sensualizava Josephine de forma explícita e sua descrição remete-nos a pensar a identificação das mulheres negras com a independência e o não assujeitamento aos desejos sexuais masculinos. Ao mencionar sua aparência física, a revista foi sucinta ao afirmar que a cantora "se expressa através de uma bonita voz e que também possui um corpo oxidado maravilhoso" (BARRETO, 1952, p. 103-105). Podemos perceber que mesmo a revista não atribuindo à cantora estereótipos tradicionalmente ligados às mulheres negras, a expressão "corpo oxidado" remete ao componente da cor e levanta uma série de problematizações. A oxidação pressupõe o desenvolvimento de ferrugem[6] e opacidade nos objetos de ferro, caracterizada também como um processo de correção de objetos, deixando com uma aparência melhor, discussão que apresenta a complexa dinâmica interseccional entre as três categorias que incidem sobre as mulheres negras. Sua análise possibilita recuperar a historicidade das relações estabelecidas entre as dimensões de gênero, classe e cor, no sentido de compreender como essas variantes atuam de diferentes formas nas trajetórias dessas mulheres. A narrativa sobre a cantora Josephine

[6] Processo de oxidação química do ferro e acabamento de materiais.

demonstra tal fato, proporcionando perceber o modo como os discursos pejorativos sobre a mulher negra se moldavam nos mais diversos contextos sociais e econômicos. Essas evidências das fontes contribuíram para normalizar as desigualdades e segregações impostas a esse grupo, ao mesmo tempo em que corroborava a manutenção da ordem vigente na qual as mulheres negras deveriam continuar exercendo funções subalternas. Por conseguinte, essa realidade remonta às raízes da história do país, especialmente durante a escravidão no período colonial e imperial brasileiro que, não apenas deixou marcas profundas sobre a população negra brasileira, como também originou uma sociedade violenta e uma desigualdade estrutural no país, com a qual ainda convivemos diariamente (SCHWARCZ, 2019).

A discussão acerca dos estereótipos que cercam os discursos sobre as mulheres negras mostra como eles são persistentes e contínuos nas representações e imagens associadas a esse grupo. Ao ressaltar tal fato, ficou perceptível como o racismo e a estratificação que recaía sobre essas mulheres estavam alicerçados em estereótipos atravessados por práticas, costumes e crenças sociais. Esse debate contribui para atentarmos à percepção dos ambientes socioculturais, tornando-se essencial para o entendimento da lógica modeladora do feminino e concebendo-a como uma categoria heterogênea, construída por diversos discursos e práticas (MUNIZ, 2018). Nesse processo, as narrativas da imprensa compõem e reforçam o conjunto de representações que determinam a forma como a mulher negra era retratada pela sociedade da década de 1950, o que demonstra a necessidade de problematizar e "desmascarar o caráter aparente 'natural' destes discursos, bem como considerar sua influência na conformação de estereótipos marcados pelo gênero" (PEDRO; SANTOS, 2011, p. 177), classe e cor.

Para o melhor entendimento acerca dos impactos acarretados pelos mecanismos que constituem e legitimam os estereótipos sobre a mulher negra, é necessário reforçar que eles integram práticas de violência mantidas por uma sociedade patriarcal como a brasileira. Nesse sentido, ressaltamos a importância de estudar essa temática sob um viés integrador entre as categorias de gênero, cor e classe, ou seja, sob a perspectiva da interseccionalidade, considerando que estudos dessa natureza compreendem "a lógica da incorporação do gênero

com foco atual no racismo e em formas de intolerância correlatas" (CRENSHAW, 2002, p. 173), permitindo perceber como essas junções atuam na trajetória dessas mulheres.

2. ARTISTAS BRANCAS: FAMÍLIA, CASAMENTO E ESTEREÓTIPO DE ESPOSA/MULHER PERFEITA

Nos anos de 1950, o ritmo acelerado despertou novas oportunidades de acesso ao consumo e à criação de sociabilidades à população brasileira. Nesse contexto, a imprensa passou a incorporar em suas estruturas espaços pensados para inserir imagens e conteúdo de diversas origens, como humor, saúde, acontecimentos sociais, moda etc (CORRÊA, 2008). As mulheres tornaram-se grupo privilegiado pelas revistas do período, movimento que originou um maior interesse na divulgação de matérias e manchetes voltadas aos "valores e comportamentos modernizadores no espaço doméstico e na vida cotidiana da família" (MANNALA; SANTOS, 2011, p. 01).

Um exemplo que contempla esse tipo de narrativa pode ser observado a partir da figura 4, que ilustra a atriz Ingrid Bergman em passeio com seu marido, buscando "conciliar suas atividades artísticas com a sua vida doméstica e continuar vivendo ambas" (MARTINS, 1959, p. 78-81). A revista buscava retratar uma "nova" fase na vida da atriz ao lado de seu cônjuge, em uma ação cotidiana na caminhada matinal do casal, juntamente com seu animal de estimação. Esse discurso buscava consolidar a imagem da atriz como uma mulher "moderna", com uma vida profissional a zelar, mas ao mesmo tempo capacitada para manter como prioritário o convívio com seu marido, conservando uma postura "tradicional" frente à estrutura familiar.

Figura 4 – Atriz Ingrid e marido



Fonte: Revista *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 14, p. 78-81, 17 jan. 1959.

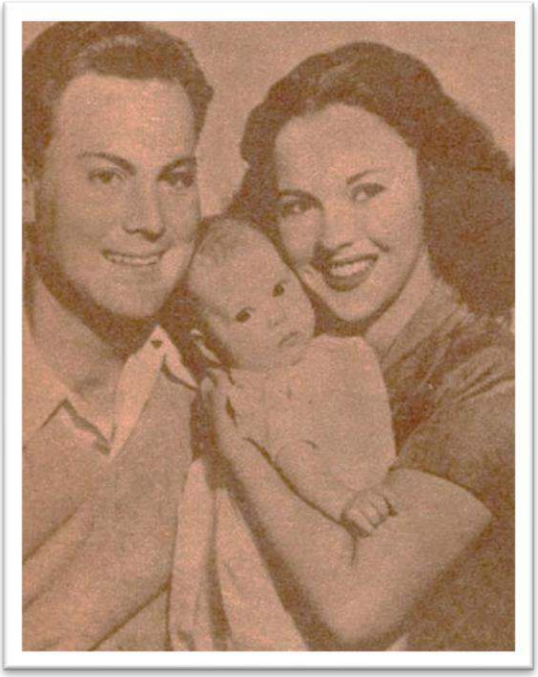
No entanto, enfatizamos que a mobilidade social estava iniciando na década de 1950 e estava caracterizada por pequenas melhorias diante das desigualdades existentes entre os gêneros, mediante a possibilidade de acesso à educação formal e profissionalizante das mulheres, além das oportunidades de emprego remunerado. Esses fatores colaboraram para modificar as imagens da mulher, de sua relação com os homens e os "significados atribuídos ao feminino" (PINSKY, 2012, p. 505), possibilitando iniciar uma trajetória lenta em direção ao processo de emancipação das mulheres, que ocorreu de forma paulatina durante a segunda metade do século XX.

Indicativo de tal questão encontra-se na entrevista concedida pela atriz Audrey Totter, contendo conselhos para mulheres sobre relacionamentos, afirmando que "os homens gostam de mandar e as mulheres de serem mandadas. Pelo menos elas preferem que seu homem pense que ele é o chefe da casa" (TOTTER, 1951, p. 107-108). Assim, percebemos que a sentença que ao mesmo tempo reforça uma prerrogativa de domesticidade e servilidade

feminina perante os homens, em contrapartida demarca um "controle" possível das mulheres em relação à atuação dos homens em seu ambiente doméstico. Em consonância com esses debates, as próprias nuances vinculadas à história das mulheres revelavam como a trajetória feminina na construção e consolidação de seu espaço social pressupôs a criação de distintas representações, de modo a cultivar novas atitudes para consigo mesmas, seus corpos e seu lugar na sociedade (HIGONNET, 1994).

Todavia, ainda que as mulheres se encontrassem diante de avanços nas diferentes áreas da realidade socioeconômica brasileira, suas representações nas revistas ainda se encontravam estreitamente relacionadas à maternidade, ao casamento e à vida doméstica propagada no período (BASSANEZI, 2017). Os discursos nas manchetes das revistas buscavam conciliar os impulsos modernizadores com aquilo que se considerava o "papel" da mulher branca na família, em que "a dona de casa deve ser tanto consumidora como administradora" (PASSERINI, 1994, p. 387). Exemplo dessa narrativa, encontramos na reportagem sobre a vida e carreira da atriz Shirley Temple, demonstrada na imagem 5.

Figura 5 - Shirley Temple e família



Fonte: *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, ano XXII, n. 19, p. 80-81, 25 fev. 1950.

Ao retratar o processo de divórcio[7] da atriz estadunidense, o discurso da revista evidenciava sua incapacidade em conciliar a carreira com a vida doméstica, levando-a à percepção de que a "vida em comum com o marido era impossível", fator que determinou o "fracasso da missão mais importante da vida de uma mulher – o casamento" (SVENDERSON, 1950, p. 80-81). Mesmo sendo um tema sobre o litígio entre a atriz e seu ex-marido, o periódico optou por trazer uma fotografia de sua família reunida em um momento de "felicidade". Nesse sentido, compreender a imprensa em sua relação com a realidade, requer considerar que suas dimensões discursivas e imagéticas se nutrem de aspectos fragmentários, "construídos, destruídos ou ressignificados dos estereótipos que envolvem o gênero feminino" (LONGHINI; TEIXEIRA, 2012, p. 19). Tais representações demonstravam que as mudanças processuais no campo econômico, industrial e cultural não foram capazes de romper com a ordem estabelecida nas relações de gênero, pois em determinadas circunstâncias, tanto a sociedade como a imprensa respaldavam os estereótipos de feminilidade e se posicionavam contra a corrente de transformações sociais destinadas à mulher em seu cotidiano.

O perfil vigente de "mulher ideal" era definido a partir da dedicação às ocupações domésticas, do cuidado com o marido e os filhos. As características da feminilidade encontravam posicionamento semelhante ao da maior parte das publicações dos anos 1950, prevalecendo as relações de gênero em que o masculino era referência e dispunha de maior poder. Assim, coroava-se o ideal propagado sobre a mulher do período, de que sua ação e compromisso principal era com sua família, principalmente com os filhos, pois o casamento e a maternidade eram tratados como centrais na vida da mulher. Nesses termos, o espaço doméstico era considerado como local em que a mulher melhor poderia contribuir, voltado à formação cívica de seus filhos e à construção da imagem de boa mãe. Se até no campo educacional as limitações para a atuação feminina se faziam explícitas, nas artes e no campo cultural existiam ainda mais questões de conflitos de enfrentamento e aceitação, afinal, as mulheres artistas faziam

[7] A instituição do divórcio no Brasil data de 28 de junho de 1977, com a aprovação da Emenda Constitucional número 9, resultado de um longo período de debates entre grupos contrários ao divórcio, vinculados à Igreja Católica, com grupos divorcistas, tendo como expoente o advogado e político Nelson Carneiro, que se destacou como autor da "Lei do Divórcio" ou Lei 6.515/77. Cf. FÁVERI, 2007.

uma exposição pública de sua atuação profissional, ficando à mostra seus dons para além do lar.

Encontramos narrativas semelhantes na reportagem sobre a atriz Shirley Jones quando abordou seu casamento que, para ela, significava "ficar de mãos dadas, olhar a lua nos olhos um do outro e sentir a borbulha do champanhe na mesma taça", enquanto para o marido se tornou a resolução de um dos "seus maiores problemas: não ter que fazer a cama todas as manhãs" (LIMA, 1957, p. 77). Nessa perspectiva, ele continuava ocupando o status de chefe e provedor econômico da casa, enquanto a ocupação remunerada da esposa, caso existisse, era considerada subsidiária. Visto por esse parâmetro, a esposa de classe média nos anos de 1950 adentrava no mercado de trabalho "apenas porque precisa, porque o salário do marido não dá" (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 600), caso contrário, sua atuação deveria ser voltada ao lar, ou então deixar que "ele resolva onde o dinheiro deve ser aplicado", como aconselhou a atriz Audrey Totter (1951, p. 107-108).

Os meios de comunicação abordavam regularmente questões relativas às mulheres assalariadas por meio de discussões que incluíam as vantagens e desvantagens de uma carreira para a mulher, além de dicas sobre o planejamento e organização das atividades cotidianas, de modo a evitar o descuido com os afazeres domésticos, pois o afastamento da mulher do lar poderia acarretar prejuízos para a família. Imbuídas do discurso pautado na modernização e na valorização da atuação doméstica da mulher, as revistas consolidaram e difundiram o modelo da mãe-esposa-sem-profissão (THÉBAUD, 1994). Nesse sentido, parte da imprensa se apropriou de imagens e valores, incorporados por toda a sociedade ou por determinada parcela dela, adaptando-os as suas necessidades comerciais. Esses ideais foram encontrados nas revistas semanais e possibilitaram problematizar e compreender a complexidade dessas narrativas, uma vez que as mulheres leitoras desses materiais não eram "meras receptoras de mensagens, que absorvem passiva e mecanicamente o que se lhes apresenta" (LUCA, 2012, p. 455), mas estavam na condição de sujeitos ativos, capazes de reelaborar significados e representações em seu cotidiano.

O trabalho feminino poderia muitas vezes ser considerado como ofensa

ao marido por destituí-lo da condição de único provedor da família, pois o pensamento do período em relação ao núcleo familiar entendia que era função da figura masculina "manter a estabilidade financeira para que nada faltasse" (FORNAZARI, 2001, p. 20). Em consonância com esse debate encontravam-se os discursos que apresentam as hierarquias entre os gêneros, como a reportagem sobre a ganhadora do Oscar, a atriz Joanne Woodward que, ao ser elevada com o título de atriz em ascensão, recebeu a alcunha de "Marlon Brando de saias", tendo em vista que naquele período "todos os novos atores de talento e personalidades eram logo comparados a Marlon Brando" (BRITO, 1958, p. 43-44). Em reportagem alusiva ao casamento da atriz Shirley Temple também foi possível identificar a figura do homem dominante, quando seu marido, Jack foi retratado como "alto, musculoso, ágil, cheio de vitalidade" e a "pequena Shirley, com seu insignificante metro e meio de altura" (SVENDERSON, 1950, p. 80-81). Tais discursos se pautavam em construções de gênero específicas que pressupunham a existência de papéis e funções fixas e imutáveis para homens e mulheres, de modo a constituir e reforçar uma relação hierárquica, em que a posição masculina era sempre superior. Por extensão, essa interação foi sempre construída e "afirmada como uma diferença de natureza, radical, irredutível, universal" (CHARTIER, 1995, p. 42), intrínseca aos seres humanos, fator que imputa às mulheres estereótipos ligados à fragilidade e à inferioridade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Imbuídas dos princípios teóricos e historiográficos inerentes ao campo de estudos da História das Mulheres, a análise dos discursos e representações de mulheres artistas negras e brancas nas revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* evidenciou a permanência de concepções estereotipadas pelo machismo e racismo estruturais na sociedade brasileira. Os discursos da imprensa reforçavam e endossavam padrões socioculturais tradicionalmente estabelecidos no tocante ao gênero, cor e classe. Contudo, as narrativas presentes nas revistas não podem ser isoladas de seu contexto de produção e circulação, pois diversos sentidos e significados atribuídos à atuação das mulheres encontravam respaldo nas concepções de caráter moral vigentes na

década de 1950. Por extensão, a análise das revistas permitiu acompanhar as mudanças na sociedade desse período, com destaque para os pequenos avanços no tocante aos direitos da mulher, oportunizados pela demanda de modernização e industrialização.

Longe de almejar resultados homogeneizantes, afinal, é impossível mensurar toda uma gama de elementos culturais e os sentidos produzidos discursivamente pelas páginas da imprensa, o estudo das revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* demonstrou as representações constituídas pelos sujeitos sociais acerca das mulheres artistas negras e brancas, cujas produções discursivas e propagandas corroboravam para a constituição identitária desses grupos.

O racismo, a exploração de gênero ligada aos estigmas tanto da feminilidade, quanto da hiper sexualização, da masculinização e da subalternização do corpo negro feminino são alguns dos elementos que atravessaram a história desse grupo no país e nas narrativas das revistas analisadas. Acrescentamos a essa lista os tabus envolvendo a discriminação racial brasileira que, ancorada em uma pretensa cordialidade esconde em si preconceitos já enraizados socialmente. Esses discursos ficaram evidentes ao percebermos como a sociedade era e continua sendo marcada pelas relações de gênero, cor e classe, formulando preconceitos que são constantemente reproduzidos no cotidiano e que acabam por silenciar e legitimar a violência contra os diversos grupos minoritários.

No tocante às narrativas voltadas às mulheres artistas brancas, percebemos como o discurso de boa esposa, mãe e dona de casa ganhou destaque, ao mesmo tempo em que certos comportamentos apresentavam indícios de emancipação, pensamento próprio e empoderamento controlado. Ao traçarmos um panorama das mulheres artistas negras e brancas no Brasil, localizando os lugares sociais indicados na imprensa ilustrada, tanto no âmbito privado quanto nos espaços públicos, constatamos que suas representações foram continuadamente marcadas pelas concepções hierárquicas de gênero. No caso das mulheres negras, esse quadro foi agravado mediante as estruturas racistas que permeavam a sociedade brasileira, tratando os corpos negros femininos com maior brutalidade e preconceito.

A partir da análise acerca das representações das mulheres artistas negras e brancas, constatamos a estreita vinculação editorial das revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* com o mundo das mulheres. Entretanto, as especificidades conferidas a esse "universo feminino" branco e negro enfatizavam questões ligadas à feminilidade e à cor, demonstrando a ambiguidade do lugar das mulheres artistas nas narrativas das revistas, permeadas por questões de gênero, raça/cor e classe. Isso demonstra que nos estudos de gênero, a junção dessas categorias pela via da interseccionalidade evidencia análises que evitam a simplificação ou unilateralidade. Portanto, os discursos sobre as mulheres negras reforçavam os estereótipos e preconceitos, desde seus aspectos físicos à sensualidade e estavam profundamente imbuídos de cunho racial, apresentados sob princípios de hiperssexualização e/ou sob a manifestação pura do racismo estrutural e cultural, a partir da estereotipagem dos corpos negros femininos. Por sua vez, as reportagens sobre mulheres brancas exploravam mais o universo familiar, a vocação para o matrimônio e a maternidade, com ênfase na função de esposa e/ou mulher "ideal", na tentativa de padronização das condutas nas representações das mulheres espetaculares no exercício da profissão de artistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

ASSIS, Dayane Nayara Conceição de. Corpos negros e representação social no Brasil: uma discussão de gênero e raça. In: **Revista da ABPN**. Goiânia, v. 9, n. 21, p. 123-234, 2017.

BARRETO, Luiz Carlos. Josephine – a elétrica. In: **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, ano XXIV, n. 41, p.103-105, 26 jul.1952.

BASSANEZI, Carla. Mulheres nos anos dourados. In: DEL PRIORI, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 10. Ed. São Paulo: Contexto, 2017, p. 607-639.

BENTO, Maria Aparecida Silva. A mulher negra no mercado de trabalho. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 479-488, 1995.

BRITO, Dulce Damasceno de. Nova face de Joanne. In: **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 45, p. 43-44, 23 ago.1958.

CHALHOUB, Sidney. Literatura e escravidão. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade:** 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 298-304.

CHARTIER, Roger. **A História cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. In: **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 4, p. 37-47, 1995.
CHARTIER, Roger. Prólogo. In: CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**. Porto Alegre: Artmed, 2001. p. IX-XIII.
CORRÊA, Thomas Souto. A era das revistas de consumo. In: MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tania de (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 207-232.
CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.
E A ÁFRICA foi a Paris. In: **Manchete**. Rio de Janeiro, n. 3, 10 maio p. 24-27, 1952.
FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.
FÁVERI, Marlene de. Desquite e divórcio: a polêmica e as repercussões na imprensa. In: **Caderno Espaço Feminino**. Uberlândia, v. 17, n. 01, p. 335-357, jan./jul. 2007.
FEITOSA, Sergio Paulo de Melo. **25 de dezembro**: simbolismos e aproximações entre os deuses Apolo, Hélios, Mitra e Jesus Cristo uma análise em mitologia comparada. 2013. 198 f. Dissertação Ciências Sociais e Religião, Universidade Metodista de São Paulo, 2013.
FERREIRA, Cristina; SILVA, Evander Ruthieri Saturno da. O retorno do imortal: D. Pedro I mitificado pelos militares nas representações imagéticas das Revistas *O Cruzeir*o e *Manchete* no Sesquicentenário da Independência (1972). In: **Temp e Argumento**. Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 355-385, jan./abr. 2014.
FLÔRES, Aluízio. 2.000 seremos 213 milhões. In: **Manchete**. Rio de Janeiro, ano 7, n. 382, p. 92, 15 ago., 1959.
FORNAZARI, Luciana. **Gênero em Revista** – Imagens modernas de homens e mulheres na revista *O Cruzeiro* do segundo pós-guerra. Dissertação (Mestrado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.

HIGONNET, Anee. Mulheres, imagens e representações. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.). **O século XX**. Port: Afrontamento, 1994. p. 403-427. (História das mulheres no Ocidente, v. 5).
HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. In: **Tempo Social**. São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-74, 2014.
LIMA, Márcia. Raça e pobreza em contextos metropolitanos. In: **Tempo Social.** São Paulo, v. 24, n. 2, p. 233-254, 2012.
LIMA, Pedro. A cinderela do século XX. In: **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, ano

XXX, n. 06, p. 77, 23 nov. 1957.
LONGHINI, Letícia; TEIXEIRA, Níncia. Entre a sedução e o lar: representações femininas na revista "O Cruzeiro". In: **Voos**. Guarapuava, v. 4, n. 2, p. 19-33, 2012.
LOPES, Marcos Felipe de Brum; MAUAD, Ana Maria. Imagem, História e Ciência. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, v. 9, n. 2, p. 283-286, maio-ago. 2014.
LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 111-154.
LUCA, Tania Regina de. Mulheres em revista. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla. (orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 447-468.

MACHADO, Maria Helena. Mulher, Corpo e Maternidade. In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio. (orgs.). **Dicionário da Escravidão e da Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 334-342.
MANNALA, Thais; SANTOS, Marinês Ribeiro dos. Representações de feminilidades na revista O Cruzeiro entre 1928-1945. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SOCIEDADE**, 4., 2011, Curitiba. *Anais* [...]. Curitiba: UTFPR, 2011.
MARTINS, Herlder. Ingrid feliz aos 40. In: **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 14, p. 78-81, 17 jan. 1959.
MATOS, Maria Izilda. Gênero e História: percursos e possibilidades. In: SCHUMP, Monica (org.). **Gênero sem fronteiras**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1997. p. 73-92.
MATOS, Maria Izilda. História das Mulheres e das Relações de Gênero: Campo Historiográfico, Trajetórias e Perspectivas. In: **Mandrágora.** São Paulo, v. 19, n. 19, p. 5-15, 2013.

MELLO, João Manuel Cardoso; NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Mortiz (org.). **Contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 559-658. (História da vida privada no Brasil, v. 4).
MEYRER, Marlise. Revista *O Cruzeiro*: um projeto civilizador através das fotorreportagens (1955-1957). In: **História Unisinos**. São Leopoldo, v. 14, n. 2, p. 197-212, maio/ago. 2010.
MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Sobre História e Historiografia das Mulheres. In: **Cadeno Espaço Feminino**. Uberlândia, v. 31, n. 1, p. 147-166, jan./jun., 2018.
NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres Negras: Protagonismo Ignorado. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 382-409.
ONTEIRO, Charles. História e Fotojornalismo: reflexões sobre o conceito e a pesquisa na área. In: **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 8, n. 17, p. 64-89,

jan./abr., 2016.
PASSERINI, Luisa. Mulheres, consumo e cultura de massas. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). **O século XX**. Porto: Afrontamento, 1994. p. 381-401. (História das mulheres no Ocidente, v. 5).
PEDRO, Joana Maria; SANTOS, Marinês Ribeiro. Estratégias discursivas e identidades de gênero: a construção da "dona de casa moderna" na revista *Casa & Jardim* dos anos 1960. In: **Caderno Espaço Feminino.** Uberlândia, v. 21, p. 163-184, 2011.
PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Raquel. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.
PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (org.). **O Corpo feminino em debate**. São Paulo: Ed. UNESP, 2003. p. 13-27.
PINHEIRO, Gil. Ballet negro em compasso alucinado. In: **Manchete**. Rio de Janeiro, ano 6, n. 319, p. 76-81, 31 maio 1958.
PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 469-512.

PIZA, Edith. Da cor do pecado. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 52-64, 1995.

PRETA, Stanislaw Ponte. As 10 mais bem despidas de 1956. In: **Manchete**. Rio de Janeiro, n. 249, p. 56, 26 jan. 1957.
PRETA, Stanislaw Ponte. Tópicos Cariocas. In: **Manchete**. Rio de Janeiro, n. 240, p. 62, 24 nov. 1956.
RIBEIRO, Djamila. Feminismo Negro para um novo marco civilizatório. In: **Sur**. São Paulo, v. 13, n. 24, p. 99-104, 2016.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres Negras Brasileiras: de Bertioga a Beijing. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 3, p. 446-457, 1995.
SANFELICE, Pérola de Paula. Sexualidade, amor e erotismo na Roma Antiga: as representações de Vênus nas paredes de Pompeia. In: **OPSIS**. Catalão. v. 10, n. 2, p. 167-190, 2010.
SANTOS, Gislene Aparecida dos. Selvagens, exóticos, demoníacos: ideias e imagens sobre uma gente de cor preta. In: **Estudos afro-asiáticos**. Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 275-289, 2002.
SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 15, n. 2, jul./dez., p. 1-35, 1990.
SILVA, René Marc da Costa. História dos trabalhadores negros no Brasil e desigualdade racial. In: **Universitas Jus**. Brasília, v. 24, n. 3, p. 93-107, 2013.
SVENDERSON, Marius. O divórcio de Shirley Temple. In: **O Cruzeiro**. Rio de

Janeiro, ano XXII, n. 19, p. 80-81, 25 fev. 1950.
THÉBAUD, Françoise. Introdução. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). **O século XX**. Porto: Afrontamento, 1994. p. 7-23. (História das mulheres no Ocidente, v. 5).
TOTTER, Audrey. Como lidar com os homens. In: **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, Ano XXIII n. 44, p. 107-108, 18 ago. 1951.

Recebido em 30 de janeiro de 2023.

Aprovado para publicação em 29 de março de 2023.